ALTERAÇÕES FEITAS ATÉ A EMENDA À LEI ORGÂNICA N.º 001/2012

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MARTINS SOARES

**TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Município de Martins Soares, do Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, é unidade territorial que integra a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotada de autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição da República, pela Constituição do Estado e por esta Lei Orgânica. **(alterado pela Emenda n.º 002/2005).**

Parágrafo único. O Município se organiza e se rege por esta Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios constitucionais da República e do Estado.

Art. 2º Todo poder do Município emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos, ou diretamente, nos termos da Constituição da República e desta Lei Orgânica.

§ 1º O exercício direto do poder pelo povo do Município, se dá na forma desta Lei Orgânica, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular no processo legislativo;
- IV - participação na administração pública;
- V - ação fiscalizadora sobre a Administração Pública.

§ 2º A participação na Administração Pública e a fiscalização sobre esta se dão na forma prevista nesta Lei Orgânica.

§ 3º O exercício indireto do poder pelo povo no Município se dá por representantes eleitos pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos, na forma da legislação federal.

Art. 3º O Município concorrerá, nos limites de sua competência, para a consecução dos objetivos fundamentais da República e dos prioritários do Estado.

Parágrafo único. São objetivos prioritários do Município, além daqueles previstos no art. 166 da Constituição do Estado:

- I - garantir a efetividade dos direitos públicos subjetivos;
- II - assegurar o exercício, pelo cidadão, dos mecanismos de controle da legalidade e legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos;
- III - preservar os interesses gerais e coletivos;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo religioso, idade, e quaisquer outras formas de discriminação;

V - proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem comum;

VI - priorizar o atendimento das demandas sociais de educação, saúde, transporte, moradia, abastecimento, lazer e assistência social;

VII - preservar a sua identidade, adequando as exigências do desenvolvimento à preservação de sua memória, tradição e peculiaridade.

Art. 4º A cidade de Martins Soares é a sede do Município e lhe dá o nome. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

§ 1º Os limites do território municipal só podem ser alterados em consonância com os dispositivos da legislação estadual específica.

§ 2º Depende de lei a criação, organização e supressão dos Distritos ou Sub-Distritos, observada, quanto àqueles, a legislação estadual.

§ 3º Pinheiro de Minas é Distrito de Martins Soares conforme Lei nº 0035/97 de 14 de outubro de 1997. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

§ 4º São símbolos do Município: a bandeira, o hino e o brasão de armas. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Art. 5º O Município assegurará, no seu território e nos limites de sua competência, os direitos e garantias fundamentais que as Constituições da República e do Estado conferem aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

§ 1º Nenhuma pessoa será discriminada, ou de qualquer forma prejudicada, pelo fato de litigar com órgão ou entidade da Administração Municipal, no âmbito administrativo ou judiciário. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

§ 2º Nos processos administrativos, qualquer que seja o objeto e o procedimento, observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a publicidade, o contraditório, a ampla defesa, o despacho ou a decisão motivados. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

§ 3º Todos têm o direito de requerer e obter informações sobre projeto do Poder Público, ressalvada aquela cujo sigilo seja temporariamente imprescindível à segurança da sociedade e do Município, nos termos da Lei que fixar também o prazo em que deva ser prestada a informação. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

§ 4º Independente de pagamento de taxa, emolumento ou garantia de instância, o exercício do direito de petição ou representação, bem como obtenção de certidão, na forma da Lei, para a defesa de direitos ou esclarecimento de situação de interesse pessoal. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

§ 5º É direito de qualquer cidadão e entidade legalmente constituída denunciar às autoridades competentes a prática, por órgão, pessoa ou entidade da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, ou por empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos municipais, de atos lesivos ao direito dos usuários, cabendo o Poder Público, obrigatoriamente, apurar sua veracidade ou não, e aplicar as sanções cabíveis, independentemente de outros procedimentos administrativos ou judiciais, sob pena de responsabilidade. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

§ 6º Será punido, nos termos da Lei, o agente público que, no exercício de suas atribuições, independentemente da função que exerça, violar direito constitucional do cidadão. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

§ 7º Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

§ 8º O Poder Público Municipal coibirá todo e qualquer ato discriminatório em seus órgãos e entidades e estabelecerá formas de punição. *(Alterado pela emenda n.º002/2005).*

Art. 6º Ao Município é vedado:

I - estabelecer culto religioso ou igreja, subvencioná-lo

s, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou com seus representantes, relações de dependência ou de aliança, ressalvada a colaboração de interesse eminentemente público;

II - recusar fé a documento público;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferência em relação às demais unidades da federação;

IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa escrita, rádio, televisão, serviço de auto falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à Administração.

**TÍTULO III
DO MUNICÍPIO
CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 7º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

§ 1º Ressalvados os casos previstos nesta Lei Orgânica, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a do outro.

§ 2º O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores serão eleitos até noventa dias antes do término do mandato daqueles a que devem suceder, em pleito direto e simultâneo, realizado em todo país, para mandato de quatro anos, e a posse ocorrerá no primeiro dia de janeiro do ano subsequente ao da eleição, às quatorze horas, na sede da Câmara Municipal.

§ 3º A posse poderá ser transferida para outro local se for de interesse da maioria dos eleitos, após requerimento protocolizado até o dia 1º de dezembro e aprovado pela Câmara Municipal no ano anterior à posse. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

Art. 8º A autonomia do Município se configura, especialmente, pela:

I - elaboração e promulgação da Lei Orgânica;

II - eleição do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;

III - Organização de seu governo e administração;

IV - elaboração de leis sobre assuntos de interesse local e suplementares à legislação federal e estadual.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 9º Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e a garantia do bem-estar de seus habitantes, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

I - manter relações com a União, os Estados Federados, o Distrito Federal e os demais Municípios;

II - organizar, regulamentar e executar seus serviços administrativos;

III - firmar acordo, convênio, ajuste ou instrumento congêneres;

IV - difundir a seguridade social, a educação, a cultura, o desporto, a ciência e a tecnologia;

V - proteger o meio ambiente;

VI - instituir e arrecadar os tributos de sua competência e aplicar as suas receitas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes;

VII - organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem em caráter essencial;

VIII - promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de parcelamento, da ocupação e do uso solo;

IX - organizar seus serviços administrativos e patrimoniais;

X - administrar seus bens, adquiri-los e aliená-los, aceitar doações, legados e heranças, e dispor sobre sua aplicação;

XI - desapropriar por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;

XII - estabelecer servidões administrativas e, em caso de iminente perigo ou calamidade públicas, usar de propriedade ou serviços particulares, assegurada, ao proprietário, indenização posterior, se houver dano;

XIII - estabelecer os quadros e o regime jurídico único de seus servidores;

XIV - associar-se a outros Municípios do mesmo complexo geo-econômico para realização de obras e serviços de interesse comum;

XV - cooperar com a União e o Estado nos termos de convênio quando necessário, para a execução de serviços e obras de interesse para o desenvolvimento local;

XVI - participar, com autorização por lei, da criação de entidade intermunicipal para a realização de obra, exercício de atividade ou execução de serviço específico de interesse comum, mediante consórcio;

XVII - nos limites de sua competência, interditar edificações em ruínas ou em condições de insalubridade e fazer demolir as que ameacem ruir;

XVIII - regulamentar a fixação de cartazes, anúncios, emblemas e quaisquer outros tipos de publicidade e propaganda;

XIX - regulamentar e fiscalizar, na área de sua competência, os jogos desportivos, os espetáculos e os divertimentos públicos;

XX - fiscalizar a produção, a conservação, o comércio, e o transporte de gênero alimentício e produto farmacêutico, destinados ao abastecimento público, bem como de substância potencialmente nociva ao meio-ambiente, à saúde e ao bem-estar da população;

XXI - normatizar a localização, instalação e funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais, de serviços e similares.

Art. 10. É competência do Município comum à União e ao Estado:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e da garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso a cultura, a educação e a ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover os programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança no trânsito.

Art.11. Ao Município compete legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

SEÇÃO III DO DOMÍNIO PÚBLICO

Art. 12. Constituem o domínio público Municipal todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações, bem como serviços que, a qualquer título, pertençam ao Município.

Art. 13. Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais e ao Presidente da Câmara cabe administrar os bens do Poder Legislativo.

Art. 14. São inalienáveis os bens imóveis públicos não edificados, salvo os casos de implantação de programas de habitação popular ou desenvolvimento industrial, mediante aprovação legislativa.

§ 1.º São também inalienáveis os bens imóveis públicos edificados ou não, utilizados pela população em atividades de lazer, esporte ou cultura, os quais somente poderão ser destinados a outros fins se o interesse público o justificar e mediante aprovação legislativa prévia.

§ 2.º A alienação de bem imóvel público edificado depende de avaliação, aprovação legislativa e licitação, tudo previamente.

§ 3.º A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação ou outra destinação de interesse coletivo, resultantes de obra pública, dependerá apenas de avaliação prévia e autorização legislativa, procedimento que se adotará também com referência às áreas resultantes de modificação de alinhamento.

§ 4.º A aquisição de bem imóvel a título oneroso, depende de avaliação e autorização legislativa prévias.

§ 5.º Os bens móveis e imóveis pertencentes ao Município só poderão ser locados ou emprestados mediante autorização legislativa prévia.

§ 6.º A autorização legislativa mencionada neste artigo e seus parágrafos depende do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

Art. 15. A alienação de bem imóvel é feita mediante processo licitatório e depende de avaliação prévia.

§ 1.º Para os fins previstos no *caput*, o órgão competente expedirá laudo técnico que comprove a obsolescência ou exaustão, por uso, do bem a ele sujeito.

§ 2.º É dispensável o procedimento licitatório nas hipóteses de:

I - doação reversível, admita exclusivamente para fins de interesse social;

II - permuta;

III - venda de ações em bolsas de valores;

IV - concessão de direito real de uso.

Art. 16. Os bens do patrimônio municipal devem ser cadastrados, zelados e tecnicamente identificados, especialmente as edificações de interesse administrativo, as terras públicas e a documentação dos serviços públicos.

Parágrafo único. O cadastramento e a identificação técnica dos bens móveis e imóveis de propriedade do Município devem ser anualmente atualizados, publicando-se, a seguir, balanço referente a todo o conjunto especialmente verificados.

Art. 17. São vedadas a edificação, a descaracterização e a abertura de vias de trânsito de veículos em praças, parques, tombadas pelo Município, ressalvadas as construções estritamente necessárias à preservação e ao aperfeiçoamento das mencionadas áreas.

Art. 18. No caso de alienação de áreas públicas para fins de habitação popular, não poderão ser contemplados os pretendentes que sejam ou que já tenham sido beneficiados com venda, doação, ou aforamento de áreas públicas em situação anteriores.

Parágrafo único. Nos instrumentos de alienação de bens públicos, o Município fará constar, conforme o caso, sob pena de nulidade do ato, as seguintes cláusulas:

I - inalienabilidade, por mínimo de cinco anos, nos casos de doação, conforme lei;

II - retrovenda, durante o período máximo permitido em lei, nos casos de venda;

III - direito de opção, por ocasião da transferência do domínio útil nos casos de aforamento.

Art. 19. O disposto nesta seção aplica-se à Administração pública direta e indireta.

SEÇÃO IV DOS SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS

Art. 20. No exercício de sua competência para organizar e regulamentar os serviços públicos ou de utilidade pública, o Município observará os requisitos de conforto e bem-estar dos usuários.

Art. 21. Ressalvadas as atividades de planejamento e controle, a Administração Municipal poderá desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que conveniente ao interesse público, à execução indireta, mediante concessão ou permissão de serviço público ou de utilidade pública, verificando que a iniciativa privada esteja suficientemente desenvolvida e capacitada para o seu desempenho.

§ 1.º A permissão do serviço público ou de utilidade pública, sempre a título precário, será outorgada por Decreto, obedecido o devido procedimento licitatório. A concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, procedido sempre de licitação.

§ 2.º O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

Art. 22. Lei Municipal disporá sobre a organização, funcionamento e fiscalização dos serviços públicos de utilidade pública, de interesse social, prestado sob o regime de concessão ou permissão, incumbindo aos que os executarem sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

Art. 23. As obras públicas poderão ser executadas diretamente ou por órgão ou entidade da Administração Pública, ou indiretamente, por terceiros, mediante licitação.

§ 1.º A realização de obra pública municipal deverá estar adequada às diretrizes do Plano Diretor, Plano Plurianual e Orçamento e será precedida de projeto elaborado segundo as normas técnicas adequadas.

§ 2.º A execução de obras públicas obedecerá aos princípios da economicidade, simplicidade, adequação ao espaço circunvizinho e ao meio- ambiente e preservação do patrimônio histórico- arquitetônico do Município, observando as exigências e limitações constantes do Código de Obras, observadas as exigências da Lei.

SEÇÃO V DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 24. A atividade de administração pública dos Poderes do Município e a de entidade descentralizada obedecerá os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e eficiência. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

§ 1.º A moralidade e a razoabilidade dos atos do Poder Público serão apurados, para efeito de controle e invalidação, em face dos dados objetivos de cada caso.

§ 2.º O agente público motivará o ato administrativo que praticar, explicitando-lhe o fundamento legal, o fático e a finalidade.

Art. 25. A administração pública direta é a que compete a qualquer órgão dos Poderes do Município.

Art. 26. A administração Pública indireta é a que compete:

I - à autarquia;

II - à sociedade de economia mista;

III - à empresa pública;

IV - à função pública;

V - a qualquer entidade de direito privado sob o controle direto ou indireto do Município.

Art. 27. Depende de lei, em cada caso:

I - a instituição ou extinção de autarquia ou fundação pública;

II - a autorização para instituir ou extinguir sociedade de economia mista ou empresa pública ou para alienar ações que garantam nestas entidades, o controle pelo Município;

III - a criação de subsidiária das entidades mencionadas nos incisos anteriores e sua participação em empresa privada;

§ 1.º Ao Município somente é permitido instituir ou manter fundação com natureza de pessoa jurídica de direito público.

§ 2.º As relações jurídicas entre o Município e o particular prestado de serviço público em virtude de delegação, sob a forma de concessão ou permissão, são regidas pelo direito público.

Art. 28. Para o procedimento de licitação, obrigatório para contratação de obra ou serviço, compra, alienação e concessão, o Município observará as normas gerais expedidas pela União e as normas suplementares e tabelas expedidas pelo Estado.

Art. 29. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo obrigatória a regressão, no prazo estabelecido em lei, contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

Art. 30. A publicidade de ato, programa, projeto, obra, serviço ou campanha de órgão público, por qualquer meio, somente pode ter caráter informativo, educativo ou de orientação social, e dela não constarão nome, cor ou imagem que caracterizem a promoção pessoal de autoridade, servidor público ou partido político.

Parágrafo único. A Administração Municipal publicará, trimestralmente, o montante das despesas com publicidade pagas ou contratadas, na forma da Lei. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

Art. 31. Nenhum ato jurídico da Administração Municipal produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 1.º A publicação dos atos não normativos poderá ser feita de forma resumida, garantindo o acesso de qualquer pessoa aos originais.

§ 2.º A publicação de leis e atos municipais deverá ser feita em órgão de circulação ampla no Município ou através de afixação em locais de fácil acesso público, regulamentando este tipo de publicação por Decreto Municipal.

Art. 32. O Município manterá os livros necessários ao registro de seus serviços.

Parágrafo único. Em face de cada caso, os livros poderão ser substituídos por fichas ou sistema informatizado, tudo após regulamentação por lei municipal, no sentido de garantir a segurança dos atos da Autoridade.

Art. 33. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, os servidores e os empregados públicos, não poderão contratar obra ou fornecimento de material com o Município, ressalvadas as disposições legais.

Art. 34. Lei específica disporá sobre a estruturação da Administração Pública Municipal.

SEÇÃO VI DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 35. A atividade administrativa permanente é exercida:

I - Em qualquer dos Poderes do Município, nas autarquias e nas fundações públicas por servidor público, ocupante de cargo público, em caráter efetivo ou em comissão, ou de função pública;

II - nas sociedades de economia mista, empresa pública e demais entidades de direito privado sob o controle direto ou indireto do Município, por empregado público, ocupante de emprego público ou função de confiança.

Art. 36. Os cargos, empregos e funções são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

§ 1º A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão e função de confiança, declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 2º O prazo de validade de concurso público é de até dois anos, prorrogável, uma vez, por igual período.

§ 3º Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o aprovado em concurso será convocado, em edital publicamente divulgado, observada a ordem de classificação com prioridade sobre novos concursados, para assumir cargo ou emprego na carreira.

§ 4º A inobservância do disposto nos §§ 1º e 3º deste artigo implica nulidade do ato e punição de autoridade responsável.

Art. 37. A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Lei complementar estabelecerá o conceito de serviço de necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 38. A revisão geral da remuneração do servidor público, sob um índice único, far-se-á sempre na mesma data.

§ 1º A lei fixará o limite máximo e a relação entre a menor remuneração do servidor público, observada, como limite máximo, a remuneração percebida em espécie, a qualquer título, pelo prefeito.

§ 2º Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não podem ser superiores ao percebidos no Poder Executivo, observada e comparada a natureza das funções.

§ 3º É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos para efeito de remuneração de pessoal do servidor público, ressalvado o disposto nesta Lei Orgânica.

§ 4º Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para o fim de concessão de acréscimo ulterior, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 5º Os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis e a remuneração observará o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo e os preceitos estabelecidos na Constituição da República.

§ 6º A revisão que trata este artigo será sempre até o dia 30 de maio de cada ano. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

Art. 39. É assegurado aos servidores públicos e às suas entidades representativas o direito de reunião nos locais de trabalho, preservada a continuidade do atendimento público.

Art. 40. É vedada a acumulação de cargos públicos, permitida, se houver compatibilidade de horários:

I - a de dois cargos de professor;

II - a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

III - a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

Parágrafo único. A proibição de acumular se estende a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

Art. 41. Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou municipal ficará afastado do cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do cargo, emprego ou função sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Art. 42. A Lei reservará percentual de cargos e empregos público públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

Art. 43. Os atos de improbidade administrativa importam suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na forma e na graduação estabelecidas em lei, sem prejuízo da ação pena cabível.

Art. 44. O Município instituirá regime jurídico único e plano de carreira para os servidores de órgãos da administração direta, autarquia e fundações públicas.

§ 1º A política de pessoal obedecerá às seguintes diretrizes:

I - valorização de dignificação da função pública e do servidor público;

II - profissionalização e aperfeiçoamento do servidor público;

III - constituição de quadro dirigente, mediante formação e aperfeiçoamento de administradores;

IV - sistema de mérito objetivamente apurado para desenvolvimento na carreira, conforme quadro instituído por lei;

V - remuneração compatível com a complexidade e a responsabilidade das tarefas e com a escolaridade exigida para seu desempenho.

§ 2º Ao servidor público que, por acidente ou doença, tornar-se inapto para exercer as atribuições específicas de seu cargo, serão assegurados os direitos e vantagens a ele inerentes, inerentes, até seu definitivo aproveitamento em outro cargo compatível com seu nível e escolaridade.

§ 3º Para provimento de cargo de natureza técnica, exigir-se-á a respectiva habilitação profissional.

Art. 45. O Município assegurará ao servidor os direitos previstos no Art. 7º., incisos IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII E XXX, da Constituição da República e os que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social e à produtividade no serviço público.

Parágrafo único. Outras vantagens serão asseguradas aos Servidores Municipais em lei obedecidos os limites constitucionais.

Art. 46. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal.

Art. 47. É estável, após três anos de efetivo exercício, o servidor público nomeado em virtude de concurso público, durante o estágio probatório o servidor só poderá ser exonerado após processo administrativo assegurada ampla defesa. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor público estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, em outro cargo, ou posto em disponibilidade.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público estável ficará em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 48. A lei assegurará, ao servidor público da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas no mesmo Poder, ou entre servidores dos Poderes Executivo e

Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual, às eventuais diferenças de elementos presentes no funcionograma e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Art. 49. O servidor público será aposentado nos termos do artigo 40 da Constituição da República.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES
SEÇÃO I
DO PODER LEGISLATIVO
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, dentre cidadãos maiores de dezoito anos, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto ou secreto.

§ 1º Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

§ 2º É fixado em 09 (nove) o número de vereadores à Câmara Municipal de Martins Soares.

§ 3º O número de Vereadores aumentará em proporção ao crescimento da população municipal, acrescentando-se um Vereador para cada cinco mil habitantes até o limite constitucional.

SUBSEÇÃO II
DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 51. A Câmara se reunirá, em Sessão Ordinária, na sede do Município, independentemente de convocação, de 1º de fevereiro a 20 de dezembro de cada ano.

§ 1º A Câmara se reunirá em sessões preparatórias ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

§ 2º As reuniões previstas para o início e o reinício das Sessões Legislativas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábado, domingo ou feriado, salvo aquela do início da legislatura. **(alterado pela emenda n.º004/2006).**

~~**Art. 52.** No primeiro ano de cada legislatura, cuja duração coincide com o mandato dos Vereadores, a Câmara reunir-se-á no dia primeiro de janeiro, às 14:00 horas, no prédio da Câmara Municipal, para dar posse aos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito e eleger a sua Mesa Diretora para mandato de 02 (dois) anos, não sendo permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente. **(alterado pela Emenda n.º 001/2012)**~~

Art. 52. No primeiro ano de cada legislatura, cuja duração coincide com o mandato dos Vereadores, a Câmara reunir-se-á no dia primeiro de janeiro, às 14:00 horas, no prédio da Câmara Municipal, para dar posse aos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito e eleger a sua Mesa Diretora para mandato de 01 (um) ano, não sendo permitida a reeleição para os mesmos cargos na mesma legislatura. **(alterado pela Emenda n.º 001/2016)**

§ 1º A eleição da Mesa se dará por chapa que deverá ser completa, inscrita até a hora da eleição, por qualquer Vereador.

§ 2º A sessão preparatória de posse dos Vereadores, eleição da Mesa e posse do Prefeito e Vice, será presidida pelo último Presidente da Câmara, se reeleito. Caso não tenha sido reeleito, presidirá os trabalhos um Vereador que tenha sido previamente escolhido consensualmente ou por eleição entre todos.

~~§ 3.º A escolha do Vereador que presidirá a primeira sessão preparatória ocorrerá no dia primeiro de janeiro, às treze horas e trinta minutos, sendo, esta reunião, presidida pelo Vereador mais votado. Nesta sessão, caso não exista acordo entre os Vereadores sobre o Presidente provisório, haverá eleição aberta e nominal, votando-se as propostas de nomes encaminhados ao Presidente, que poderão ser propostos durante a reunião e antes declarado em regime de votação, lavrando-se, em relação a esta reunião, ata resumida. (alterado pela emenda n.º001/2004).~~

§ 3.º A escolha do Vereador que presidirá a primeira sessão preparatória ocorrerá no dia primeiro de janeiro, às 13 horas, sendo, esta reunião, presidida pelo Vereador mais votado. Nesta sessão, caso não exista acordo entre os Vereadores sobre o Presidente provisório, haverá eleição aberta e nominal, votando-se as propostas de nomes encaminhados ao Presidente, que poderão ser propostos durante a reunião e antes declarado em regime de votação, lavrando-se, em relação a esta reunião, ata resumida. (alterado pela emenda n.º002/2005).

§ 4º O Regimento Interno da Câmara Municipal de Martins Soares regulamentará, de forma mais detalhada, a posse dos Vereadores, a eleição da Mesa e a Posse do Prefeito e Vice.

Art. 53. A convocação extraordinária à Câmara será feita:

I - pelo Prefeito, em caso de urgência e de interesse público relevante;

II - de ofício, por seu Presidente, ou quando ocorrer intervenção no Município, para o compromisso e posse de Prefeito e do Vice-Prefeito ou, em caso de urgência e de interesse público relevante, a requerimento de um terço dos membros da Câmara.

Parágrafo único. Na sessão extraordinária, a Câmara somente delibera sobre a matéria objeto da convocação.

Art. 54. A Câmara e suas comissões funcionam com a presença no mínimo, da maioria de seus membros, e as deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes, salvo os casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º Quando se tratar de matéria relativa a empréstimos, a concessão de privilégios ou que verse sobre interesse particular, além de outros referidos nesta Lei, as deliberações da Câmara são tomadas por dois terços de seus membros.

§ 2º O Presidente da Câmara participa somente nas votações secretas e, quando houver empate, nas votações públicas.

Art. 55. As reuniões da Câmara são públicas, e somente nos casos previstos nesta Lei o voto é secreto.

Parágrafo único. É assegurado o uso da palavra por representantes populares durante as reuniões, na forma e nos casos estabelecidos pelo Regimento Interno.

Art. 56. A Câmara ou qualquer de suas comissões, a requerimento da maioria de seus membros, pode convocar autoridades municipais para comparecer perante elas a fim de prestarem informações sobre assunto previamente designado e constante da convocação, nos termos do Regimento Interno.

§ 1º Qualquer autoridade municipal pode comparecer à Câmara a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e após entendimentos com a Mesa, para expor assunto de relevância de sua área.

§ 2º A Mesa da Câmara pode, de ofício ou a requerimento do Plenário, encaminhar à autoridade municipal, pedido, por escrito, de informações.

SUBSEÇÃO III DOS VEREADORES

Art. 57. O Vereador é inviolável por suas opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 58. É vetado ao vereador:

I - desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível “ad nutum” nas entidades indicadas na alínea anterior;

II - desde a posse:

- a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo ou função de que seja demissível “ad nutum” nas entidades indicadas no inciso I, alínea “a”;
- c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea “a”;
- d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 59. Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir proibição estabelecida no artigo anterior;

II - que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

III - que proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na conduta pública;

IV - que perder ou tiver suspensos seus direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição da República;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a terça parte das reuniões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

VIII - que fixar residência fora do Município.

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso de prerrogativa assegurada ao Vereador ou percepção de vantagem indevida.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II, III e VIII, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto secreto e maioria de seus membros, nos termos da legislação federal aplicável.

§ 3º Nos casos dos incisos IV, V, VI e VII, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou por provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

§ 4º No início e no término de cada mandato, o Vereador apresentará, à Câmara Municipal, declaração pública de seus bens passada em cartório de Títulos e Documentos, sob pena de responsabilidade.

Art. 60. Não perderá o mandato o Vereador:

I - investido em cargo de Ministro do Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário do Município ou cargo equivalente, ou de chefe de missão diplomática temporária, desde que se afaste do exercício da Vereança;

II - licenciado por motivo de doença ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse sessenta dias por sessão legislativa.

Art. 61. O suplente será convocado nos casos de vaga, investidura em cargo mencionado no artigo anterior, ou licença, por motivo de saúde, superior a 120 dias.

§ 1º No caso da licença médica prevista no “caput” do artigo, esta deverá ser amparada por laudo de 03 (três) médicos.

§ 2º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

Art. 62. A concessão, cassação ou prorrogação das licenças dar-se-ão pela apreciação de maioria absoluta dos membros da Casa.

Art. 63. Na fixação da remuneração do Vereador, não será admitida a concessão de ajuda de custo ou qualquer espécie de gratificação, observando-se, ainda, o disposto nos artigos 37, XI e 169 da Constituição Federal.

SUBSEÇÃO IV

DAS COMISSÕES

Art. 64. A Câmara terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma do Regimento Interno e com as atribuições nele previstas, ou conforme os termos do ato de sua criação.

SUBSEÇÃO V

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 65. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no art. 66, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, e especificamente:

I - plano diretor;

II - plano plurianual e orçamentos anuais;

III - diretrizes orçamentárias;

IV - sistema tributário municipal, arrecadação e distribuição de rendas;

V - dívida pública, abertura e operação de crédito;

- VI** - concessão e permissão de serviços públicos ou de interesse público municipal;
- VII** - criação, transformação e extinção de cargo, emprego e função públicos, na administração direta, autárquica e fundacional, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- VIII** - fixação de quadro de empregos das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades sob controle direto ou indireto do Município;
- IX** - servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, se regime jurídico único, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- X** - criação, estruturação e definição de atribuições dos órgãos e entidades da administração municipal;
- XI** - divisão regional da administração pública;
- XII** - divisão territorial do Município, respeitada a legislação federal e estadual;
- XIII** - bens do Município;
- XIV** - aquisição onerosa e alienação do bem imóvel do Município;
- XV** - cancelamento de dívida ativa do Município, autorização de suspensão de sua cobrança e de elevação de ônus e juros;
- XVI** - transferência temporária da sede do governo municipal, simbolicamente, nos casos de comemorações cívicas, ou excepcionalmente, quando de reforma, ampliação ou construção de novo edifício sede;
- XVII** - matéria decorrente da competência comum prevista no Art. 23 da Constituição da República.

Art. 66. Compete privativamente à Câmara Municipal:

- I** - eleger a mesa e construir comissões;
- II** - elaborar o Regime Interno;
- III** - dispor sobre sua organização, funcionamento e política;
- IV** - dispor criação, transformação ou extinção de cargo, emprego e função de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- V** - aprovar crédito suplementar ao orçamento de sua secretaria, nos termos desta Lei Orgânica;
- VI** - fixar a remuneração do Vereador, do Prefeito e do Vice-Prefeito em cada legislatura, para a subsequente, por voto da maioria de seus membros;
- VII** - mudança de sua sede, temporariamente, por motivo de reforma no prédio ou, definitivamente, por ocasião de construção de nova sede;
- VIII** - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito;
- IX** - conhecer da renúncia do Prefeito ou Vice-Prefeito;
- X** - conceder licença ao Prefeito para interromper o exercício de suas funções;

XI - autorizar o Prefeito e ao Vice-Prefeito ausentar-se, do Estado, por mais de quinze dias, e ambos, do país, por qualquer tempo;

XII - processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais das infrações político-administrativas, nos termos de legislação específica;

XIII - destituir do cargo o Prefeito, após condenação por crime comum ou infração político-administrativa;

XIV - proceder à tomada de contas do Prefeito, quando não apresentadas dentro de sessenta dias da abertura da sessão legislativa;

XV - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

XVI - autorizar celebração de convênio pelo Município com entidade de direito público ou privado desde que acarretem despesas para o Município;

XVII - autorizar, previamente, convênio intermunicipal para modificação de limites;

XVIII - suspender, no todo ou em parte, a execução de ato normativo municipal declarado, incidentalmente, inconstitucional, por decisão definitiva do Tribunal de Justiça, quando a decisão de inconstitucionalidade for limitada ao texto da Lei Orgânica;

XIX - sustar os atos normativos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta, quando eivado de vícios ou com abuso de autoridade;

XX - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, que exorbitarem o poder regulamentar;

XXI - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia do Município em operações de crédito;

XXII - autorizar contratação de empréstimos, realização de operação ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do Município, regulando as suas condições e respectiva aplicação, observada a legislação federal;

XXIV - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de bem imóvel público;

XXV - autorizar a participação do Município em convênio, consórcio ou entidades intermunicipais destinadas à gestão de função pública, ao exercício de atividade ou à execução de serviços e obras de interesse comum;

XXVI - autorizar realização de empréstimos, a realização de convênios, bem como apreciar seus eventuais termos aditivos celebrados.

§ 1º No caso previsto no inciso XII, a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos da Câmara, se limitará à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

§ 2º Compete, ainda, à Câmara, manifestar-se, por maioria de seus membros, a favor da proposta de emenda à Constituição do Estado, conforme previsto no seu art. 64, inciso III.

§ 3º Na hipótese da Câmara deixar de exercer a competência de que trata o inciso VI deste artigo, ficarão mantidos, na legislatura subsequente, os critérios de remuneração vigentes em dezembro do último exercício da legislatura anterior, admitida apenas a atualização dos seus valores. **(alterado pela Emenda de 1997)**

SUBSEÇÃO VI DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 67. O Processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emenda à Lei Orgânica;

II - lei complementar;

III - lei ordinária;

IV - lei delegada;

V - resolução;

VI - decreto Legislativo.

Parágrafo único. São ainda objeto de deliberação da Câmara, na forma do Regimento Interno:

I - autorização;

II - indicação;

III - requerimento;

IV - representação;

V - moção.

Art. 68 A Lei Orgânica pode ser emendada mediante proposta:

I - de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara;

II - do Prefeito;

III - da população, nos termos desta Lei Orgânica.

§ 1º As regras e iniciativa pertinentes à Legislação infraorgânica não se aplicam à competência para a apresentação da proposta de que trata este artigo.

§ 2º A Lei Orgânica não pode ser emendada na vigência de estado de sítio ou estado de defesa, nem quando o Município estiver sob intervenção estadual.

§ 3º A proposta será discutida e votada em dois turnos com o interstício mínimo de dez dias, e considerada aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos membros da Câmara.

§ 4º A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

§ 5º A matéria constante na proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser representada na mesma sessão legislativa.

Art. 69 A iniciativa de lei complementar e ordinária cabe à qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos na forma e nos casos definitivos nesta Lei Orgânica.

§ 1º A lei complementar é aprovada por maioria dos membros da Câmara observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

§ 2º Consideram-se leis complementares, entre outras matérias previstas nesta Lei Orgânica, as seguintes:

I - o plano diretor;

II - o código tributário;

III - o código de obras;

IV - o código de posturas;

V - a lei de parcelamento, ocupação e uso do solo;

VI - a lei instituidora do regime jurídico único e do Estatuto dos Servidores Públicos;

VII - a lei de organização administrativa;

VIII - o plano de cargos, salários e carreiras do Município;

IX - o código municipal de limpeza urbana;

X - o código sanitário.

Art. 70 São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

I - da Mesa da Câmara, através de projeto de Resolução:

a) o Regime Interno da Câmara Municipal;

b) o regulamento geral, que disporá sobre a organização da secretaria da Câmara, seu funcionamento, criação, transformação ou extinção do cargo, emprego ou função e fixação da respectiva remuneração de seus servidores, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e o disposto no art. 38, §§ 1º, 2º e art. 48;

c) a autorização para o Prefeito ausentar-se do Município e, o Vice-Prefeito, do Estado;

d) a remuneração do Vereador, do Prefeito e do Vice-Prefeito em cada legislatura para a subsequente, 90 dias antes da realização das eleições municipais, observando o disposto nos arts. 37, XI, 150, II, 153, III e 153 § 2º, I, da Constituição da República;

e) a mudança temporária da sede da Câmara.

II - do Prefeito:

a) a criação de cargo e função públicos da administração direta, autárquica e fundacional e a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros da lei de diretrizes orçamentária;

b) o regime jurídico único dos servidores públicos dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, incluído o provimento de cargo, estabilidade e aposentadoria;

c) o quadro de emprego das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades sob o controle direto ou indireto do Município;

- d) a criação, estruturação e extinção da Secretaria Municipal, órgão autônomo e entidade da administração indireta;
- e) os planos plurianuais;
- f) as diretrizes orçamentárias;
- g) os orçamentos anuais;
- h) a matéria tributária que implique em redução da receita pública.

Art. 71 Salvo nas hipóteses previstas no artigo anterior, a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação, à Câmara, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município, em lista organizada por entidade associativa legalmente constituída, que se responsabilizará pela idoneidade das assinaturas.

§ 1º Na discussão do projeto de iniciativa popular, é assegurada a sua defesa, em comissão e em plenário, por, pelo menos um dos signatários.

§ 2º O disposto neste artigo e no § 1º se aplica à iniciativa popular de emenda a projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara, observadas as vedações do art. 72.

Art. 72 Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa do Prefeito, ressalvada a comprovação de existência de receita e o disposto no art. 110, § 2º desta Lei Orgânica; **(alterado pela Emenda de 1997)**

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara.

Art. 73 O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projeto de sua iniciativa.

§ 1º Se a Câmara não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre o projeto, será ele incluído na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 2º O prazo do parágrafo anterior não ocorre em período de recesso da Câmara, nem se aplica a projeto que dependa de “quorum” especial para aprovação, da Lei Orgânica, de lei estatutária ou equivalente a código.

Art. 74 A proposição de lei, resultante de projeto aprovado pela Câmara, será enviada ao Prefeito que, no prazo de quinze dias, contados da data de seu recebimento:

I - se aquiescer, sancioná-la-á, ou

II - se considerar, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrária ao interesse público, vetá-la-á total ou parcialmente.

§ 1º O silêncio do Prefeito, decorrido o prazo, importa em sanção.

§ 2º A sanção expressa ou tácita supre a iniciativa do Poder Executivo no processo legislativo.

§ 3º O Prefeito publicará o veto e, dentro de quarenta e oito horas, comunicará os motivos ao Presidente da Câmara.

§ 4º O veto parcial abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou alínea.

§ 5º A Câmara, dentro de trinta dias contados do recebimento da comunicação do veto, sobre ele decidirá, em escrutínio secreto e sua rejeição só ocorrerá pela maioria de seus membros.

§ 6º Se o veto não for mantido, será a proposição enviada ao Prefeito para apreciação, com vistas à promulgação, que deverá ocorrer no prazo de quarenta e oito horas contadas do recebimento.

§ 7º Esgotado o prazo estabelecido no § 5º, sem deliberação, o veto será incluído na ordem do dia da reunião imediata, sobrestadas as demais proposições, até votação final, ressalvada a matéria de que trata o § 1º do artigo anterior.

§ 8º Se, nos casos dos §§ 1º e 6º, a lei não for promulgada, dentro de quarenta e oito horas, pelo Prefeito, o Presidente da Câmara a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 9º A numeração de lei deve seguir a ordem cronológica e numérica, controlada pela Câmara Municipal. A proposição de lei, resultante do projeto de lei aprovado, será encaminhada ao Prefeito e seu número, caso sancionada, será o número da Lei. A Câmara regulamentará a matéria por Resolução específica, dando a mesma a conhecimento do Prefeito.

§ 10 Fica o Executivo obrigado a enviar à Câmara Municipal as Leis sancionadas no dia seguinte à data da sanção. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

Art. 75 O referendo à lei municipal poderá ser realizado se for requerido, no prazo máximo de noventa dias antes da sanção ou promulgação, pela maioria dos membros da Câmara, pelo Prefeito ou por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município.

Parágrafo único. Lei Municipal estabelecerá as normas para a prática de referendo.

Art. 76 A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa por proposta da maioria dos membros da Câmara.

Art. 77 As leis delegadas, aprovadas somente em caso emergência ou de calamidade pública, serão elaboradas pelo Prefeito, por solicitação à Câmara Municipal.

§ 1º Não podem constituir objeto de delegação dos atos de competência privativa da Câmara Municipal, do Prefeito, a matéria reservada à lei complementar e à legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamento.

§ 2º A delegação ao Prefeito terá a forma de resolução da Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Câmara Municipal, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 78 Será dada ampla divulgação aos projetos referidos no § 2º do art. 69, facultado a qualquer cidadão, no prazo de quinze dias da data de sua publicação, apresentar sugestão ao Presidente da Câmara, que a protocolará e enviará à comissão respectiva para apreciação.

Art. 79 A requerimento de Vereador, aprovado pelo Plenário, os projetos de lei, decorrido o prazo estipulado no regimento interno, serão incluídos na ordem do dia, mesmo sem parecer das comissões.

Parágrafo único. O projeto de lei somente poderá ser retirado da ordem do dia ou de tramitação a requerimento do autor, aprovado pelo Plenário.

SEÇÃO II
DO PODER EXECUTIVO
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 80 O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Perderá o mandato o Prefeito que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 41, II.

Art. 81 A eleição do Prefeito importará, para mandato correspondente, a do Vice-Prefeito com ele registrado.

§ 1º O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse em reunião da Câmara, prestando o seguinte compromisso:

“Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, a Constituição do Estado e a Lei Orgânica do Município, observar as leis, promover o bem geral do povo Martinsoarense, e exercer o meu cargo sob a inspiração do interesse público, da lealdade e da honra.”

§ 2º No ato de posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito apresentarão à Câmara Municipal declaração pública de seus bens, passa em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, sob pena de responsabilidade.

§ 3º O Vice-Prefeito substituirá o Prefeito no caso de impedimento, e lhe sucedera no caso de vaga.

§ 4º O Vice-Prefeito poderá auxiliar o Prefeito se por ele convocado para missões especiais ou mesmo para assumir funções de administração, vedada a acumulação de remunerações.

§ 5º No ato da posse e da exoneração dos cargos, ficam obrigados a apresentarem à Câmara Municipal declaração de seus bens: **(alterado pela emenda n.º002/2005)**.

I - os Secretários Municipais; **(alterado pela emenda n.º002/2005)**.

II - os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança da administração pública direta e indireta e do Poder Legislativo; **(alterado pela emenda n.º002/2005)**.

III - o Controlador. **(alterado pela emenda n.º002/2005)**.

Art. 82 No caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito ou no caso de vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do governo o Presidente da Câmara.

§ 1º Vagando os cargos do Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição noventa dias depois de abertura a última vaga.

§ 2º Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do mandato governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Câmara Municipal, na forma da lei.

§ 3º Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Art. 83 Se decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, reconhecido pela Câmara, não tiver assumido o cargo, este o declarará vago.

Art. 84 O Prefeito e o Vice-Prefeito residirão no Município.

Parágrafo único. O Prefeito não poderá ausentar-se do Município e, o Vice-Prefeito, do Estado sem autorização da Câmara, por mais de dez dias consecutivos, sob pena de perder o cargo.

SUBSEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL

Art. 85 Compete privativamente ao Prefeito Municipal:

I - nomear e exonerar o Secretário Municipal;

II - exercer, com auxílio dos Secretários Municipais a direção superior do Poder Executivo;

III - prover e extinguir os cargos públicos do Poder Executivo, observado o disposto nesta Lei Orgânica;

IV - prover os cargos de direção ou administração superior de autarquia e fundação pública;

V - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

VI - fundamentar os projetos de lei que remeter à Câmara;

VII - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e, para sua fiel execução, expedir decretos e regulamentos;

VII - vetar proposições de lei;

IX - elaborar leis delegadas;

X - remeter mensagem e planos de governo à Câmara, quando da reunião inaugural da sessão legislativa ordinária, expondo a situação do Município;

XI - enviar à Câmara o plano plurianual de ação governamental, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento, previsto nesta Lei Orgânica;

XII - prestar, anualmente, à Câmara dentro de sessenta dias da abertura da sessão legislativa ordinária, as contas referente ao exercício anterior;

XIII - extinguir cargos desnecessários desde que vago ou ocupado por servidor publico não estável na forma da lei;

XIV - dispor, na forma da lei, sob a organização do poder executivo;

XV - celebrar convênio com entidade de direito público ou privado, removendo à Câmara para a aprovação;

XVI - conferir com decoração e distinção honorificas, nos termos da lei;

XVII - contrair empréstimo externo ou interno e fazer operação ou acordo externo de qualquer natureza, após autorização da Câmara, observando os parâmetros de endividamento regulares em lei, dentro dos princípios da Constituição da República;

XVIII - convocar extraordinariamente a Câmara;

XIX - exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica;

SUBSEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO MUNICIPAL

Art. 86 São crimes de responsabilidade os atos do Prefeito que atentem contra as Constituições da República, do Estado, e da Lei Orgânica Municipal e, especialmente, contra: **(alterado pela emenda n.º002/2005)**.

I - a existência da União; **(alterado pela emenda n.º002/2005)**.

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes Constituídos das Unidades da Federação; **(alterado pela emenda n.º002/2005)**.

III - o exercício dos direitos políticos, individuais, coletivos e sociais; **(alterado pela emenda n.º002/2005)**.

IV - a segurança interna do Município, do Estado ou do País; **(alterado pela emenda n.º002/2005)**.

V - a probidade da administração; **(alterado pela emenda n.º002/2005)**.

VI - a Lei Orçamentária; **(alterado pela emenda n.º002/2005)**.

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais. **(alterado pela emenda n.º002/2005)**.

§ 1º Esses crimes são definidos em lei federal especial que estabelece as normas de processo e julgamento. **(alterado pela emenda n.º002/2005)**.

§ 2º O Prefeito será submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado, nos termos do inciso X do artigo 29 da Constituição da República. **(alterado pela emenda n.º002/2005)**.

Art. 87 As infrações político administrativa do Prefeito são também as previstas na Lei Federal e serão julgadas perante a Câmara Municipal.

Art. 88 O cargo de Prefeito será declarado vago, quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse no prazo regulamentar;

III - perder ou tiver suspenso os direitos políticos.

SEÇÃO III DA FISCALIZAÇÃO E DOS CONTROLES

Art. 89 A sociedade tem direito a governo honesto obediente à lei eficaz.

§ 1º Os atos das unidades administrativas dos poderes do Município e de entidade da administração indireta se sujeitarão a:

I - controles internos, exercidos, de formas integradas pelo próprio poder e entidades envolvida;

II - controle externo, a cargo da Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas;

§ 2º É direito da sociedade manter-se correta e oportunamente informado de ato, fato ou omissão imputáveis a órgão agente políticos, servidor público ou empregado público e de que tenha resultado ou possa resultar:

I - ofensa à moralidade administrativa, ao patrimônio público e aos demais interesses legítimos, coletivos ou difusos;

- II - prestação de serviços públicos insuficiente, tardio, ou inexistente;
- III - propaganda enganosa do Poder Público;
- IV - inexecução insuficiente ou tardia de plano programa ou projeto do governo;
- V - ofensa ao direito individual ou coletivo;
- VI - desrespeito aos princípios enumerados do Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 90 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município e das entidades da administração indireta é exercida pela Câmara Municipal mediante o controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder de entidade.

§ 1º A fiscalização e o controle de que trata este artigo abrangem:

- I - a legalidade, a legitimidade, a economicidade e razoabilidade de ato gerador de receita ou determinante de despesa e do que resulte nascimento ou extinção de direito ou obrigação;
- II - a fidelidade funcional do agente responsável por bem ou valor públicos é cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários a realização de serviços;

§ 2º Prestara contas a pessoa física ou jurídica que:

- I - utilizar, arrecadar, guardar, gerenciar ou administrar o dinheiro bem ou valor público ou pelos quais responda o Município ou entidade da administração indireta;
- II - assumir em nome do Município ou entidade da administração indireta, obrigação de natureza pecuniária.

§ 3º Os poderes do Município e as entidades da administração indireta publicarão, mensalmente, resumo do demonstrativo da despesa orçamentárias executada no período.

Art. 91 Os Poderes Legislativo e Executivo e as entidades da administração direta manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas nos respectivos planos plurianuais e execução dos programas de governo e orçamentos;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da administração direta das entidades da administração indireta e da aplicação de recursos públicos;
- III - exercer o controle de operação de créditos avais e garantias de seus direitos e haveres;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

Parágrafo único. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão conhecimento ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 92 Qualquer cidadão, partido político, associação legalmente constituída ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei denunciar irregularidade de ato de agente político.

§ 1º A denúncia poderá ser feita, em qualquer caso, à Câmara, ou, sobre assunto da respectiva competência, ao Ministério Público ou ao Tribunal de Contas.

§ 2º Deve a Administração Municipal ouvir e apoiar as associações ou entidades, desde que sem fins lucrativos.

Art. 93 As contas do Prefeito, referentes à gestão financeira do ano anterior, serão julgadas pela Câmara, mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, ou na ausência deste, de parecer prévio de empresa de auditoria de notória especialização regulamentemente contratada, observados os princípios da legislação federal pertinente.

§ 1º As decisões do Tribunal de Contas, de resulte imputação débito ou multa, terão eficácia de título executivo.

§ 2º No primeiro e no último ano de mandato do Prefeito, o Município enviara ao Tribunal de Contas inventário de todos os seus bens moveis e imóveis.

Art. 94 Anualmente, dentro de sessenta dias do início da sessão legislativa, no primeiro dia útil após o dia quinze de abril, a Câmara receberá, em reunião especial, o Prefeito, que informará, por meio de relatório o estado em que se encontram os assuntos municipais.

Parágrafo único. Sempre que o Prefeito manifestar o propósito de expor assuntos de interesse do público, a Câmara recebê-lo-á em reunião previamente designada e somente para este fim convocada.

**CAPITULO III
DAS FINANÇAS PÚBLICAS
SEÇÃO I
DA TRIBUTAÇÃO**

Art. 95 Ao Município compete instituir:

I - imposto sobre:

a) propriedade predial e territorial urbana;

b) transmissão “inter-vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de direito sobre imóveis, exceto os de garantia bem como acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

c) serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, nos termos da Constituição da República e da legislação complementar específica.

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - Contribuição de melhoria, decorrentes de obras públicas.

§ 1º O imposto previsto na alínea “a”, do inciso I, será progressivo nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da comunidade.

§ 2º O imposto previsto na alínea “b”, do inciso I, não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas, em realização de Capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes da fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nestes casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda destes bens ou direitos, locação de bens imóveis ou de arrendamento mercantil.

§ 3º As alíquotas do imposto previsto na alínea “c” do inciso I, obedecerão ao limite fixado em Lei Complementar Federal.

§ 4º O imposto previsto no inciso I, alínea “c” não incidirá sobre exportação de serviços para o exterior.

§ 5º Sempre que possível, os imposto terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração municipal, especialmente para conferir efetivamente a esses objetivos, identificar, respeitado os direitos individuais nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuintes.

§ 6º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de imposto.

Art. 96 Somente ao Município cabe instituir isenção de tributo de sua competência, por meio de lei de iniciativa do Prefeito Municipal.

SUBSEÇÃO I

DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Art. 97 Em relação aos impostos de competência da união, pertencem ao Município:

I - o produto da arrecadação de impostos sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidentes na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas no Município;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial urbana, relativamente aos imóveis situados no Município.

Art. 98 Em relação aos impostos de competência do Estado, pertencem ao Município.

I - cinquenta por cento da arrecadação do imposto sobre propriedade de veículos automotores, licenciados no território municipal.

II - vinte por cento do produto da arrecadação de imposto sobre operação relativas a circulação de mercadoria e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 99 Caberá ainda ao Município:

I - respectiva cota no fundo de participação dos Municípios, previsto no art. 159, I, “b” da Constituição da República;

II - a respectiva cota do produto da arrecadação de imposto sobre os produtos industrializados, como previsto no art. 159, II, § 3º, da Constituição da República, e art. 150, III, da Constituição Estadual;

III - a respectiva cota do produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, da Constituição da República, nos termos do § 5º, inciso II, do mesmo artigo.

Art. 100 Ocorrente a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos decorrentes da repartição das receitas tributárias, por parte da União ou do Estado, o Município adotará as medidas judiciais cabíveis, à vista do disposto nas Constituições da República e do Estado.

SUBSEÇÃO II

DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR

Art. 101 É vedado ao Município, sem prejuízo das quantias asseguradas aos contribuintes e do disposto no Art. 150, da Constituição da República e na Legislação Complementar específica:

I - instituir tributo que não seja uniforme em todo território municipal, ou que implique distinção ou permanência em relação a regiões do Município em detrimento de outras;

II - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Art. 102 Qualquer anistia ou remissão, que envolva matéria tributária ou previdenciária de competência do Município, só poderá ser concedida mediante Lei específica municipal, de iniciativa do Poder Executivo e aprovada por maioria dos membros da Câmara.

Parágrafo único. O perdão da multa, o parcelamento e a compensação de débitos fiscais poderão ser concedidos por ato do Poder Executivo, nos casos e condições específicas em Lei Municipal.

SEÇÃO II DO ORÇAMENTO

Art. 103 Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual de ação governamental;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - o orçamento anual.

Art. 104 A lei que instituir o plano de ação governamental, compatível com o Plano Diretor, estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas a programas de duração continuada.

Art. 105 A Lei de Diretrizes Orçamentárias, compatível com o plano plurianual, compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluíra as despesas corrente e de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

Art. 106 A Lei Orçamentária Anual corresponderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimentos de empresas em que o Município, direto ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo a todas as entidades e órgãos a elas vinculados da administração direta e indireta do Município, bem como os fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, se for o caso:

Parágrafo único. Integração a Lei Orçamentária, demonstrativos específicos com detalhamento das ações governamentais, em nível mínimo de:

I - órgão ou entidade responsável pela realização da despesa e função:

II - objetivos e metas;

III - natureza de despesa;

IV - fontes de recurso;

V - órgão ou entidade beneficiária;

VI - identificação, de forma regionalizada, dos efeitos sobre as receitas e as despesas, decorrentes de isenções, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Art. 107 A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito de crédito, ainda que por antecipação de receitas, nos termos da lei.

Art. 108 O Município publicará, até o dia quinze do mês subsequente ao da competência, balancetes mensais de sua execução orçamentária.

Art. 109 A lei orçamentária assegurará investimentos prioritários em programas de educação, saúde, habitação, saneamento básico e proteção ao meio-ambiente do Município.

Art. 110 Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e os créditos adicionais serão apreciados por comissão permanente da Câmara à qual caberá:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais comissões da Câmara.

§ 1º As emendas serão apresentadas na Comissão Permanente, em dez dias contados do recebimento do processo pelo Presidente da Comissão, que emitira parecer, a ser apreciado na forma regimental.

§ 2º As emendas ao projeto de lei de orçamento anual, ou projeto que a modifique somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas ou remanejamento de recursos, excluídos os incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviços de dívida

III - sejam relacionados:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesa correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais suplementares com prévia e específica autorização legislativa.

§ 4º O prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo, enquanto não se inicia a votação, na Comissão Permanente, da parte cuja a alteração é proposta.

§ 5º Os Projetos de Leis do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual serão enviados pelo Prefeito à Câmara Municipal, nos termos que dispõe a legislação específica da seguinte forma: **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

I - Plano Plurianual até o dia 30 (trinta) do mês de agosto; **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

II - Lei de Diretrizes Orçamentárias até o dia 15 (quinze) de abril; **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

III - Orçamento Anual até o dia 15 (quinze) de agosto. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

§ 6º A Câmara Municipal obedecerá os seguintes prazos para as votações dos projetos relacionados no parágrafo anterior: **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

I - Plano Plurianual até o dia 30 (trinta) de novembro; **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

II - Lei de Diretrizes Orçamentárias até o dia 30 (trinta) de junho; **(Alterado pela emenda n.º002/2005).**

III - Orçamento Anual até o dia 15 (quinze) de dezembro. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

§ 7º O Plano Plurianual poderá sofrer alteração anual, para atender interesse público e adequar as metas e prioridades com as necessidades atuais, através de lei específica. **(alterado pela emenda n.º002/2005).**

§ 6º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas se enviadas pelo interessado à Câmara ou à Comissão nos termos da Legislação específica.

§ 7º Aplicam - se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, demais normas ao processo legislativo.

Art. 111 São vedados:

I - o início de programas o projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operação de créditos nos seguintes casos:

a) sem autorização legislativa em que se especifiquem a desatinação, o valor, o prazo de operação, a taxa de remuneração do capital, as datas de pagamento, a espécie do título e forma de resgate, salvo disposição diversa em legislação federal ou estadual,

b) que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pela Câmara por maioria de seus membros.

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundos ou despesas, ressalvadas a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento de ensino, como determinado pelo Art. 125 e apresentação de garantias às operações de credito por antecipação de receita, prevista no Art. 107.

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização legislativa de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir "déficit" de empresas, fundações e fundos;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob a pena de responsabilidade.

§ 2º Os créditos extraordinários e especiais terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que reabertos nos limites de seus saldos incorporados ao orçamento do exercício subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitido "ad referendum" da Câmara por resolução, para atender às despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de calamidade pública.

Art. 112 Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara, serão entregues até o dia vinte de cada mês, em duodécimo, sempre nas proporções estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária.

Art. 113 A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em complementar federal.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos ou mudança de estruturas de carreiras, bem como admissão de pessoal, a qualquer título pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, só poderão ser feitos:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela correntes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 114 À execução dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Municipal, virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e a conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º É obrigatório a inclusão no orçamento municipal de dotação necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciários, apresentado até primeiro de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

§ 2º As dotações e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário recolhidas as importâncias devidas à repartição competente para atender ao disposto no Art. 100. § 2º. da Constituição da República.

**TÍTULO VI
DA SOCIEDADE
CAPÍTULO I
DA ORDEM SOCIAL**

Art. 115 A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça social.

SEÇÃO I DA SAÚDE

Art. 116 A saúde é de direito de todos e dever do Poder Público assegurado mediante políticas econômicas, sociais, ambientais, e outras que visem à prevenção, e a eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, sem qualquer discriminação.

Parágrafo único. O direito a saúde e implica a garantia de:

I - condições dignas de trabalho, renda, moradia, alimentação, educação, e lazer e saneamento;

II - participação da sociedade civil, através de entidades organizadas, na elaboração de políticas, na definição de estratégias de implementação e no controle das atividades com impacto sobre a saúde, entre elas as mencionadas no inciso I;

III - acesso às informações de interesse para a saúde e obrigação do poder Público de manter a população informada sobre o risco e danos à saúde e sobre as medidas de prevenção e controle;

IV - respeito ao meio- ambiente e controle da poluição ambiental;

V - acesso igualitário as ações e ao serviços de saúde;

VI - dignidade, gratuidade e boa qualidade no atendimento e no tratamento de saúde;

VII - apoio e incentivo às práticas alternativas de saúde.

Parágrafo único. A regulamentação do disposto neste artigo se dará por lei Complementar instituindo o Código Sanitário Municipal.

Art. 117 As ações e serviços de são de relevância pública, e cabem ao Poder Público sua regulamentação, fiscalização e controle na forma da lei.

Art. 118 O Município, nos termos da legislação específica, participará do sistema único de saúde.

Art. 119 O Poder Público manterá profissionais para atendimento médico, odontológico e de primeiros socorros para a população do Município.

SEÇÃO II DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 120 Compete ao Poder Público formular e executar a política e os planos plurianuais de saneamento básico, assegurando:

I - o abastecimento de água para a adequada higiene e qualidade compatível com os padrões de potabilidade;

II - a coleta e disposição dos esgotos sanitários, dos resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais, de forma a preservar o equilíbrio ecológico e prevenir ações danosas a saúde.

III - o controle de vetores.

§ 1º As ações de saneamento básico serão precedidas de planejamento que atenda os critérios de avaliação do quadro sanitário da área a ser beneficiada, objetivando a reversão e a melhoria do perfil epidemiológico.

§ 2º O poder público desenvolverá mecanismos institucionais que compatibilizem as ações de saneamento básico, habitação, desenvolvimento urbano, preservação do meio ambiente e gestão dos recursos hídricos, buscando integração com outros Municípios nos casos em que exigem ações conjuntas.

§ 3º As ações Municipais de saneamento básico serão executadas diretamente ou por meio de concessão ou permissão, visando ao atendimento adequado à população.

SEÇÃO III DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 121 A assistência social será prestada pelo Município prioritariamente, as crianças e adolescentes abandonados, aos desassistidos de qualquer renda ou benefício previdenciário, à maternidade desamparada, aos desabrigados, aos portadores de deficiência, aos idosos, aos desempregados e aos doentes.

§ 1º O Município estabelecerá plano de ação na área de assistência social, observando os seguintes princípios:

- I** - recursos financeiros consignados no orçamento municipal;
- II** - coordenação, e execução de acompanhamento a cargo do poder executivo;
- III** - participação da população, através de entidades organizadas, na formulação de políticas e no controle de ação em todos os níveis.

§ 2º O Município poderá firmar convênios com entidade beneficente e de assistência social para a execução do plano, sempre com autorização do Legislativo.

SEÇÃO IV DA EDUCAÇÃO

Art. 122 A educação, direito de todos, dever do Poder Público e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 123 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I** - igualdade de condições para o acesso e frequência à escola, e permanência nela;
- II** - liberdade de aprender, ensinar e pesquisar, e de divulgar o pensamento a arte e o saber;
- III** - pluralismo de idéias e de concepções filosóficas, políticas, estéticas, religiosas e pedagógicas que conduza o educando à formação de uma postura Ética e social próprias;
- IV** - preservações dos valores educacionais locais;
- V** - gratuidade do ensino público;
- VI** - valorização dos profissionais do ensino;
- VII** - garantia do padrão de qualidade, mediante:

a) reciclagem periódica dos profissionais de educação;

b) avaliação cooperativa periódica por órgão do sistema educacional, pelo corpo docente, pelos alunos e pelos seus responsáveis;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma da Lei;

Art. 124 O Município elaborará plano bienal de educação, visando à ampliação e melhoria do atendimento de sua obrigação para com a oferta de ensino público e gratuito.

Parágrafo único. A proposta do plano será elaborada pelo poder executivo, com a participação da sociedade civil, e encaminhada para a aprovação da Câmara até o dia 31 de agosto do ano anterior ao início de sua execução.

Art. 125 O Município aplicará, anualmente, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos compreendida a proveniência das transparências, exclusivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º O Município assegurará a distribuição gratuita de alimentação escolar para todos os alunos da rede pública municipal de ensino e fornecerá material escolar aqueles mais carentes.

§ 2º Através de convênios com órgãos federais e estaduais ou entidades privadas, o benefícios instituído no parágrafo anterior poderá ser estendido aos alunos da rede estadual de ensino, situada no Município.

§ 3º Lei complementar municipal definirá o conceito de aluno carente.

Art. 126 As entidades municipais de ensino adotarão livros didáticos que possibilitem o seu reaproveitamento.

Art. 127 O currículo escolar das escolas municipais incluirá conteúdos programáticos sobre a prevenção do uso de drogas, e de educação para o trânsito, ciência política, direitos humanos e educação ambiental.

Parágrafo único. O ensino religioso constituirá disciplina das escolas municipais e será de matrícula e frequência facultativa.

Art. 128 O Município promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a difusão e capacitação tecnológica especialmente nas escolas locais.

SEÇÃO V DA CULTURA

Art. 129 O acesso aos bens de cultura e às condições objetivas para produzi-la é um direito de todos os munícipes.

Parágrafo único. O Poder Público incentivará, de forma democrática, os diferentes tipos de manifestação cultural existente no município.

Art. 130 Constituem patrimônio cultural do município os bens de natureza material ou imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, que contenham referência a identidade, à ação e a memória do povo Martinsoarense, entre os quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações tecnológicas, científicas e artísticas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artísticas e culturais;

V - os sítios de valor históricos, arquitetônico, paisagístico, arqueológico, ecológico, e científico.

§ 1º A música, o teatro, a dança, o folclore, as artes plásticas, dentre outras manifestações culturais, receberão incentivos especiais do poder público.

§ 2º Todas as áreas públicas especialmente os parques, jardins e praças, são abertas as manifestações culturais.

§ 3º Será dado tratamento especial as ações de resgate manutenção e construção da memória histórica do Município de Martins Soares.

Art. 131 O Município, com a participação da comunidade, elaborará, através da Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, plano bienal de cultura devendo nele conter toda a política cultural para a cidade, sobre tudo a política de incentivo a música, aos poetas, aos escritores ou produtores de textos, as vocacionados para a dança, ao folclore, dentre outras manifestações culturais. Este plano será remetido a Câmara para a apreciação.

SEÇÃO VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 132 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e assistência a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público Municipal dentre outras atribuições.

I - promover a educação ambiental em forma de disciplina própria ou multidisciplinar em todos os níveis nas escolas municipais;

II - disseminar as informações necessárias ao desenvolvimento da consciência crítica da população para a preservação do meio ambiente;

III - assegurar livre acesso às informações ambientais básicas e divulgar, sistematicamente, os níveis de poluição e de qualidade do meio ambiente no município;

IV - prevenir e controlar a poluição, a erosão o assoreamento e outras formas de degradação ambiental;

V - preservar as florestas, a fauna e flora, inclusive controlando a extração, captura, produção, comercialização, transporte e consumo de suas espécies e subprodutos, vedando as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade;

VI - criar parques, reservas, estações ecológicas e outras unidades de conservação, mantê-los sob especial proteção e dotá-los de infra-estrutura indispensável às suas finalidades;

VII - estimular e promover reflorestamento com espécies nativas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos;

VIII - fiscalizar a produção, a comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que importem riscos para a vida, qualidade de vida e meio ambiente, sobretudo em relação a agroindústria do café, bem como o transporte e o armazenamento dessas substâncias no território municipal;

IX - registrar acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais;

X - sujeitar à previa anuência do órgão municipal encarregar da política ambiental o licenciamento para início, ampliação ou desenvolvimento de atividades, construção ou reforma de instalações capazes de causar degradação no meio ambiente, sem prejuízo de outras exigências legais;

XI - promover a implantação de horto florestal destinado à recomposição da flora nativa e à produção de espécies diversas, destinadas à arborização dos logradouros públicos;

XII - promover ampla arborização dos logradouros públicos de áreas urbanas, bem como a reposição das espécies em processo de deterioração ou morte.

§ 2º O licenciamento de que se trata o inciso X do parágrafo anterior dependerá, no caso de atividade ou obra potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, de prévio relatório de impacto ambiental, seguido de audiência pública para informação e discussão sobre o projeto. No caso de empresa já existente este impacto será avaliado em até cento e oitenta dias da promulgação desta Lei.

§ 3º Aquele de explorar recursos minerais ficará obrigado, desde o início da atividade, a recuperar o meio ambiente degradado, nos termos da Lei.

§ 4º O ato lesivo ao meio ambiente sujeitar o infrator, pessoa física ou jurídica a interdição temporária ou definitiva das atividades, sem prejuízo das demais sanções administrativas e penais, bem como da obrigação de reparar o dano causado.

Art. 133 São vedados no território municipal:

I - a produção, distribuição e venda de aerossóis que contenham clorofluorcarbono;

II - o armazenamento e a eliminação inadequada de resíduo tóxico;

III - a emissão de sons, ruídos e vibrações de prejudicam a saúde, o sossego e o bem-estar públicos.

Art. 134 È vedado ao Poder Público contratar e conceder privilégios fiscais a quem estiver em situação de irregularidade face às normas de proteção ambiental.

Parágrafo único. Em relação às concessionárias ou permissionárias de serviços públicos municipais, no caso de infração às normas de proteção ambiental, não será admitida renovação de concessão ou permissão enquanto perdurar a situação de irregularidade.

Art. 135 Cabe ao Poder Público:

I - reduzir ao máximo a aquisição e utilização de material não reciclável e não biodegradável além de divulgar os malefícios deste material sobre o meio ambiente;

II - implantar medidas corretivas e preventivas para recuperação de recursos hídricos;

III - implantar e manter áreas verdes de preservação permanentes;

IV - estimular a implantação de indústrias de pequenos impactos ambiental.

Art. 136 O Município controlará, rigidamente através de Lei, a poluição de qualquer espécie.

SESSÃO VII DO DESPORTO E DO LAZER

Art. 137 O Município promoverá, estimulará e apoiará a pratica desportivo inclusive por meio de:

I - destinação de recursos públicos;

II - proteção às manifestações desportivas e preservação das áreas a elas destinadas;

§ 1º Para os fins deste artigo cabe ao município:

a) exigir, na aprovação de projetos urbanísticos ou conjuntos habitacionais, reserva de área destina a praça ou campo de esporte e lazer comunitário;

b) utilizar se terreno próprio, cedido ou desapropriado, para desenvolvimento de programa relacionados à prática esportiva, devendo, ou por desapropriação ou por acordo com terceiros, oferecer a infraestrutura necessária à prática desportiva aos cidadãos Martinsoarense.

§ 2º Cabe ao município, na área de sua competência, regulamentar e fiscalizar os jogos esportivos, os espetáculos e divertimentos públicos.

§ 3º Serão previstos e realizados em calendário desportivo, pelo menos dois eventos desportivos anuais coordenados pelo Departamento de Desporto da Secretária Municipal de Educação, Desportos, Cultura e Lazer, para os fins de estímulo a esta prática e incentivo ao esporte amador, sendo um dos eventos na ocasião das comemorações do dia da cidade de Martins Soares e outro em data a ser definida por decreto municipal.

§ 4º Haverá avaliação e, se necessário, recuperação de toda a infraestrutura desportiva do Município.

SEÇÃO VIII DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

Art. 138 O Município, na formulação e aplicação de suas políticas sociais, visará, nos limites de sua competência e em colaboração com a união e o Estado, dar à família condições para realização de suas relevantes funções sociais.

Parágrafo único. Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade e maternidade responsáveis, o planejamento familiar e livre decisão do casal, competindo ao Município, por meio de recursos educacionais e científicos, colaborar com a União e o Estado para assegurar o exercício desse direito, vedada a qualquer forma coercitiva por parte das instituições públicas.

Art. 139 É dever da família, da sociedade e do Poder Público assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º A garantia de absoluta prioridade em relação aos assuntos desta seção compreende:

I - a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstância;

II - a precedência de atendimento em serviços de relevância pública ou em órgão público;

III - a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

IV - o aquinhamento privilegiado de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção, à infância e à juventude, notadamente no que disser respeito a tóxicos e drogas afins.

§ 2º Será punido, na forma da lei, qualquer atentado do poder Público, por ação ou omissão, aos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Art. 140 O Município, em conjunto com a sociedade, criará e manterá programas sócio-educativos destinados ao atendimento de criança e adolescente privados das condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento e incentivará, ainda, os programas de iniciativa das comunidades, mediante apoio técnico e financeiro vinculado ao orçamento, de forma a garantir-se o completo atendimento dos direitos constantes desta lei orgânica.

§ 1º As ações do Município de proteção à infância e à adolescência serão organizadas, na forma da lei, com a base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização do atendimento;

II - priorização dos vínculos familiares e comunitários como medida preferencial para a integração social de crianças e adolescentes;

III - participação da sociedade civil na formulação de políticas e programas, assim como na implantação, acompanhamento, controle e fiscalização de sua execução.

§ 2º Programas de defesa e vigilância dos direitos da criança e do adolescente preverão:

I - estímulo à criação de centros de defesa dos direitos da criança e do adolescente, geridos pela sociedade civil;

II - recebimento e encaminhamento, pelo poder Público, de denúncias de violência contra a crianças e adolescentes.

§ 3º O Município implementará e manterá para as famílias de baixa renda convênios com, órgãos competente, para que seja fornecido leite de boa qualidade às crianças de até dois anos de idade.

Art. 141 O Município promoverá condições que assegurem amparo à pessoa idosa, no que respeita à sua dignidade e ao seu bem estar.

Parágrafo único. O amparo ao idoso será, quando possível, exercido no próprio lar.

Art. 142 O Município garantirá, na forma da lei, o amparo e o bem-estar ao portador de deficiência física, assegurando-lhe participação na formulação de políticas para o setor.

CAPÍTULO II
DA ORDEM ECONÔMICA
SEÇÃO I
DA POLÍTICA URBANA
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 143 O plano de desenvolvimento das funções sociais das áreas urbanas municipais e a garantia do bem estar de sua população, objetivos da política urbana executada pelo Poder Público, serão assegurados mediante:

I - formulação e execução do planejamento urbano;

II - cumprimento da função social da propriedade;

III - distribuição espacial adequada da população, das atividades sócio- econômicas, da infra-estrutura básica e dos equipamentos urbanos e comunitários;

IV - integração e complementaridade das atividades urbanas e rurais, no âmbito da área polarizada pelo Município;

V - participação comunitária no planejamento e controle da execução de programas que lhe forem pertinentes.

Art. 144 São instrumento do planejamento urbano, entre outros:

I - plano diretor;

II - legislação de parcelamento, ocupação e uso do solo, de edificações e de postura;

III - legislação financeira e tributária, especialmente o imposto predial e territorial progressivo e a contribuição de melhoria;

IV - transferência de direito de construir;

V - parcelamento ou edificação compulsórios;

VI - concessão do de direito real de uso;

VII - servidão administrativa;

VIII - tombamento;

IX - desapropriação por interesse social, necessidade ou utilidade pública;

X - fundos destinados ao desenvolvimento urbano.

Art. 145 Na promoção do desenvolvimento urbano, observar-se-à:

I - ordenação do crescimento das áreas urbanas;

II - indução à ocupação do solo urbano edificável ocioso ou subutilizado;

III - adensamento condicionado à adequado disponibilidade de equipamento urbano e comunitário;

IV - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, do patrimônio histórico, cultural artísticos e arqueológicos;

V - garantido do acesso adequado ao portador de deficiência física aos bens serviços coletivos, logradouros e edifícios públicos, bens como edificações destinados ao uso industrial, comercial e de serviços, e residencial multe- familiar.

SUBSEÇÃO II DO PLANO DIRETOR

Art. 146 O plano Diretor, aprovado pela maioria dos membros da câmara, conterá:

I - exposição circunstanciada das condições econômicas, financeiras, sociais, culturais e administrativa do Município;

II - objetivos estratégicos, fixados com vista à solução dos principais entraves ao desenvolvimento social;

III - diretriz econômicas, financeiras, administrativas, sociais, de uso e ocupações do solo, de preservação do patrimônio histórico, arquitetônico, ambiental e cultural visando atingir os objetivos estratégicos e as respectivas metas;

IV - ordens de prioridades, abrangendo objetivos e diretrizes;

V - estimativa preliminar do montante de investimentos e dotações financeiras necessárias à implantação das diretrizes e consecução dos objetivos do Plano Diretor, segundo a ordem de prioridade estabelecida;

VI - cronograma físico- financeiro com previsão do investimento municipais.

Parágrafo único. Os orçamentos anuais, as diretrizes orçamentária e o plano Plurianual serão compatibilizados com as prioridades e metas estabelecidas no Plano Diretor.

Art. 147 O Plano Diretor definirá as áreas especiais, tais como:

I - áreas de urbanização preferencial;

II - áreas de reurbanização;

III - áreas de urbanização restrita;

IV - áreas de regularização;

V - áreas destinadas a implantação de programas habitacionais;

VI - áreas de crescimento habitacional proibido;

VII - áreas de transferência do direito de construir.

§ 1º Áreas de urbanização preferencial são destinada a:

a) aproveitamento adequado de terreno não edificado, subutilizados ou não utilizados, observado o disposto no artigo. 182, § 4º, I, II e III da Constituição da República;

b) implantação prioritária de equipamentos urbanos e comunitários;

c) adensamento de áreas edificadas;

d) ordenamento e direcionamento da urbanização.

§ 2º Áreas de reurbanização são as que para a melhoria das condições urbanas, são necessários novos parcelamentos do solo e recuperação de construções existente.

§ 3º Área de urbanização restritas são aquelas de preservação ambiental que a ocupação deve ser desestimulada ou contidas, em decorrência de:

- a) necessidade de preservação de elementos naturais
- b) vulnerabilidade a intempéries, calamidades e outras condições:
- c) necessidade de proteção ambiental e de preservação do patrimônio cultural paisagísticos;
- d) proteção aos mananciais, lagoas, represas e margens de rios e córregos;
- e) manutenção do nível de ocupação da área;
- f) implantação e operação e equipamentos urbanos de grande porte.

§ 4º Áreas de regularização são as ocupadas por população de baixa renda, sujeita a critério especiais de urbanização, bem como a implantação prioritária de equipamentos urbanos e comunitários.

§ 5º Áreas de transferências do direito de construir são as passíveis de adensamentos, observados os critérios estabelecidos na lei de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Art. 148 A transferência do direito de construir pode ser autorizada para o proprietário de imóvel considerado de interesse especial de preservação, ou destinado à implantação de programa habitacional.

§ 1.º A transferência pode ser autorizada ao proprietário que doar ao Poder Público imóvel destinado a implantação de equipamentos urbanos ou comunitários, bem como à implantação de programas habitacional.

§ 2.º Uma vez exercida a transferência do direito de construir, o índice de aproveitamento não poderá ser objeto de nova transferência.

Art. 149 Todos os projetos de reforma ou construção e de paisagismo situado nas áreas de preservação máxima e transição deverão ser aprovados pelo Prefeito Municipal.

Art. 150 A operacionalização do Plano Diretor dar-se-á mediante a implantação de sistema de planejamento e informações e objetivando a monitoração, a avaliação e controle das ações e diretrizes setoriais.

Parágrafo único. Além do disposto no artigo 16, o Poder Executivo manterá cadastro atualizado dos imóveis do patrimônio federal e estadual, situado no Município.

SEÇÃO II DO TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO

Art. 151 Incumbe ao Município observada a legislação federal e estadual, planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos ou não de utilidade pública relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário municipal.

Art. 152 Lei Municipal disporá sobre organização, funcionamento e fiscalização do serviços do transporte coletivo e de taxi, em todo o Município, devendo ser fixada diretrizes em caracterização precisa e proteção eficaz do interesse público e dos direito dos usuários.

Parágrafo único. O calculo da remuneração dos serviços previstos no caput deste artigo será regulado na forma da Lei.

Art. 153 As vias integrantes dos itinerários das linhas de transportes coletivos de passageiros terão prioridade para pavimentação e conservação, sendo sempre definidas por decreto Municipal.

SEÇÃO III DA HABITAÇÃO

Art. 154 Compete ao Poder Público formular e executar política habitacional visando ampliação da oferta de moradia destinada prioritariamente à população de baixa renda, bem como à melhoria das condições habitacionais.

§ 1º Para os fins deste artigo, o Poder Público atuará, em especial:

I - na definição de áreas especiais a que se refere o art. 147, V desta Lei Orgânica: **(alterado pela Emenda de 1997)**

II - no desenvolvimento de técnicas para barateamento final da construção;

III - no incentivo a cooperativas habitacionais;

IV - na acessória à população em matéria de usucapião urbana e regularização de imóveis;

V - em conjunto com os Municípios da região, visando ao estabelecimento de estratégia comum de estabelecimento de demanda regional, bem como à viabilização de forma consociada de investimento no setor.

§ 2º É, também de responsabilidade da administração pública, o processo de urbanização da cidade.

Art. 155 Na implantação de conjuntos habitacionais o Poder Público cuidará, na forma da Lei, que não haja prejuízo ao meio ambiente e econômico-social, assegurando a sua discussão em audiência pública.

SEÇÃO IV DO ABASTECIMENTO

Art. 156 O Município na forma da Lei, nos limites de sua competência, em cooperação com a União e o Estado, organizará o abastecimento com vistas a melhorar as condições de acesso a alimentos pela população, especialmente a de baixa renda.

SEÇÃO V DA POLÍTICA RURAL

Art. 157 O Município efetuará, periodicamente, os estudos necessários ao conhecimento das características e das potencialidades de sua zona rural, visando a:

I - ampliar as atividades agrícolas;

II - preservar a cobertura vegetal de proteção das encostas, nascentes e cursos d'água;

III - proteger e preservar os ecossistemas;

IV - garantir a perpetuação dos bancos genéticos;

V - criar unidades de conservação ambiental;

VI - implantar projetos florestais;

VII - implantar parques naturais;

VIII - propiciar refúgio à fauna;

IX - adotar medidas de apoio à agricultura, no sentido de aumentar a produção e produtividade agrícolas;

X - criar viveiros de mudas de árvores frutíferas e de outras espécies, com a finalidade de atender aos pequenos produtores, a custo compatível.

Parágrafo único. A Secretaria própria, por meio do Departamento de Política Rural, fará anualmente o PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, a ser referendado pelo Prefeito Municipal, e transformado em Projeto de Lei a ser enviado à Câmara Municipal para aprovação.

Art. 158 O Poder Público se articulará com entidades públicas ou privadas afim de estabelecer programas de incentivo e de melhoria da qualidade e da produtividade agrícola desenvolvida no território municipal.

SEÇÃO VI
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 159 O Poder Público exercerá, no âmbito de sua competência, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento de atividade econômica, atuando, em especial:

I - na restrição do abuso do poder econômico;

II - na promoção, defesa e divulgação do poder do consumidor;

III - no apoio à organização de atividades econômicas em cooperativas e estímulo ao associativismo;

IV - na democratização da atividade econômica;

V - no incentivo a implantação de indústrias, especialmente as de menor impacto ambiental.

Parágrafo único. O Município dispensará tratamento jurídico diferenciado à pequena e micro -empresa, assim deferidos em Lei, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas despesas por meio da Lei.

SUBSEÇÃO II
DO TURISMO

Art. 160 O Município, colaborando com os seguimentos do setor, apoiará e incentivará, sempre que for possível, o turismo como atividade econômica, reconhecendo-o como forma de promoção e desenvolvimento social.

Art. 161 Cabe ao Município, observada a legislação Federal e Estadual, definir a política de turismo, suas diretrizes e ações.

Parágrafo único. O Poder Público protegerá e incentivará tudo o que for ou possa ser de interesse para o desenvolvimento do turismo no Município.

TÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 162 Comemorar-se-á, anualmente, o dia do Município, na data de 22 de outubro e 31 de maio o dia da Padroeira, sendo, em ambos os casos, feriado municipal.

Art. 163 O Poder Público, no âmbito de sua competência, propugnará pela permanência, no território Municipal, dos bens móveis de interesse histórico, artístico ou cultural.

Art. 164 A Câmara e a Prefeitura manterão hasteadas, diariamente, durante o horário de expediente, em suas respectivas fachadas externas, as bandeiras Nacional, do Estado de Minas Gerais e do Município.

Art. 165 O Poder Público só construirá ou autorizará a construção de depósito de lixo de qualquer natureza ou de resíduos tóxicos sólidos, líquidos ou gasosos, a pelo menos mil metros de áreas habitadas ou destinadas à habitação.

Art. 166 Os logradouros e estabelecimentos públicos municipais não poderão ser designados com nomes de pessoas vivas, nem terão mais de três palavras, excetuadas as partículas gramaticais, devendo, toda alteração, informar o nome anterior da rua, o número do ato que o criou e determinar a sua revogação e ser aprovados por dois terços dos membros da Câmara.

§ 1º O ato para aprovação e revogação de nome de logradouro público é a Lei ordinária.

§ 2º A homenagem se restringirá as pessoas falecidas a pelo menos um ano.

Art. 167 O Poder Público, na forma da Lei, através da Secretaria de Educação, Desporto, Lazer e Cultura, confeccionará e distribuirá, anualmente, material didático referente aos aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais e cívicos do Município, a todas as escolas situadas no território municipal.

Art. 168 Fica estabelecido que o cidadão que mora em Martins Soares é Martinsoarense.

Art. 169 Fica reconhecida como de utilidade pública a antiga estrada do "Córrego dos Teixeiras", que liga a comunidade dos Teixeiras à BR 262 passando pelas propriedades dos Senhores Névio Batista Aguiar e Felipe Elias Mussi, podendo o Poder Executivo Municipal, a partir da promulgação desta Lei Orgânica, promover os necessários reparos nesta rodovia para que volte a ser utilizada pela população.

Martins Soares, em 20 de setembro de 1997.

Vereador **ADIMAR ALVES**, Presidente da Câmara Municipal de Martins Soares - Vereador **NÉVIO BATISTA**, 1º Secretário da Câmara e Relator da Comissão Especial que processou o Projeto de Lei Orgânica - Vereador **WALTER BATISTA**, 1º. Vice-Presidente da Câmara e Presidente da Comissão Especial que processou o Projeto de Lei Orgânica - Vereador **RONALDO EMERICK**, 2º. Secretário da Câmara e Vice-Presidente da Comissão Especial que processou o Projeto de Lei Orgânica - Vereador **JOSÉ SANTANA**, Líder do Governo Municipal na Câmara - Vereador **ADEVALDE CANTAMISSA**, Líder do PSDB - Vereador **VALDIMIR ROELA**, Segundo Vice-Presidente da Câmara Municipal - Vereador **JOSÉ OLIVEIRA** - Vereador **GETÚLIO DUTRA**.

ATOS DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º Suprimido (alterado pela emenda n.º003/2005).

Art. 2º Suprimido (alterado pela emenda n.º003/2005).

Art. 3º Suprimido (alterado pela emenda n.º003/2005).

Parágrafo único. (alterado pela emenda n.º003/2005).

Art. 4º Suprimido (alterado pela emenda n.º003/2005).

Parágrafo único. (alterado pela emenda n.º003/2005).

Art. 5º O hino oficial do Município será escolhido mediante concurso público, cujas as normas serão disciplinadas através de Lei municipal observadas, no que couber, à Legislação Federal.

Art. 6º Suprimido (alterado pela emenda n.º003/2005).

Parágrafo único. (alterado pela emenda n.º003/2005).

Art. 7º A Câmara Municipal mandará imprimir esta Lei Orgânica para distribuição gratuita nas escolas e às entidades representativas da comunidade, de modo que se faça ampla divulgação do seu conteúdo.

Art. 8º Suprimido (alterado pela emenda n.º003/2005).

Art. 9º Esta Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Martins Soares, em 20 de setembro de 1997.

Vereador **ADIMAR ALVES**, Presidente da Câmara Municipal de Martins Soares - Vereador **NÉVIO BATISTA**, 1º Secretário da Câmara e Relator da Comissão Especial que processou o Projeto de Lei Orgânica - Vereador **WALTER BATISTA**, 1º. Vice-Presidente da Câmara e Presidente da Comissão Especial que processou o Projeto de Lei Orgânica - Vereador **RONALDO EMERICK**, 2º. Secretário da Câmara e Vice-Presidente da Comissão Especial que processou o Projeto de Lei Orgânica - Vereador **JOSÉ SANTANA**, Líder do Governo Municipal na Câmara - Vereador **ADEVALDE CANTAMISSA**, Líder do PSDB - Vereador **VALDIMIR ROELA**, Segundo Vice-Presidente da Câmara Municipal - Vereador **JOSÉ OLIVEIRA** - Vereador **GETÚLIO DUTRA**.

Redações que foram alteradas:

Art. 1º O Município de Martins Soares, com autonomia político-administrativa, integra o Estado de Minas Gerais e a República Federativa do Brasil.

Art. 4º O Distrito de Martins soares é a sede do Município e dá-lhe o nome.

§ 3º São símbolos do Município: a bandeira, o hino e o brasão de armas.

Art. 5º O Município assegura no seu território e nos limites de sua competência, os direitos e garantias fundamentais que a Constituição da República e do Estado conferem aos brasileiros e estrangeiros residentes no país.

Art. 22. Lei específica disporá sobre a organização, funcionamento e fiscalização dos serviços públicos de utilidade, concedidos e permitidos.

Art. 24. A atividade de administração pública dos Poderes do Município e a de entidade descentralizada obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e razoabilidade.

Art. 30...

Parágrafo único. A Administração Municipal publicará, periodicamente, o montante das despesas com publicidade pagas ou contratadas, na forma da Lei.

Art. 40...

III - a de dois cargos privados de médico.

Art. 47. É estável, após dois anos de efetivo exercício, o servidor público nomeado em virtude de concurso público; durante o estágio probatório o servidor só poderá ser exonerado após processo administrativo assegurada ampla defesa.

Art. 51. Independentemente de convocação, a sessão legislativa anual, desenvolve-se de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.(Revogado)

Parágrafo único. A Câmara se reunirá em sessões preparatórias ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu regimento interno.(Revogado)

Art. 52

§ 3º A escolha do Vereador que presidirá a primeira sessão preparatória ocorrerá no dia primeiro de janeiro, às **treze horas e trinta minutos**, sendo, esta reunião, presidida pelo Vereador mais votado. Nesta sessão, caso não exista acordo entre os Vereadores sobre o Presidente provisório, haverá eleição aberta e nominal, votando-se as propostas de nomes encaminhados ao Presidente, que poderão ser propostos durante a reunião e antes declarado em regime de votação, lavrando-se, em relação a esta reunião, ata resumida. (Alterado pela emenda n.º001/2004).

Art. 86 São crimes de responsabilidade do Prefeito aquelas previstas em Lei Federal cujo o julgamento será realizado pelo tribunal de Justiça do Estado.

Art. 110...

§ 5º Os projetos de lei do plano plurianual das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito à Câmara, nos termos da legislação específica.

Atos das Disposições Transitórias da Lei Orgânica Municipal

Art. 1º Até a instituição, por Lei, do Diário Oficial do Município, a publicação das leis e atos municipais, exigida na Lei Orgânica, será feita pelo jornal local ou regional ou mesmo afixadas em local de acesso público, com regulamentação mínima fixada, no nível da Prefeitura, por Decreto do Prefeito, e da Câmara por Portaria do Presidente.

Art. 2º Até 180 (cento e oitenta) dias após a promulgação desta Lei Orgânica, o Poder Executivo remeterá à Câmara Municipal, Projetos de Lei contendo o plano de carreira e de vencimentos dos servidores públicos municipais, o Estatuto do Magistério Municipal, bem como em igual prazo, o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Martins Soares

Art. 3º Lei Municipal disciplinará a situação dos servidores públicos a que se refere o art. 28 da Lei Complementar nº. 37, de 18 de janeiro de 1.995.

Parágrafo único. Fica assegurado aos servidores de que trata este artigo a inclusão nos instrumentos dispostos no art. 2º, conforme cada caso.

Art. 4º O Município não poderá despender com pessoal, mas que 60% (sessenta por cento) das receitas correntes.

Parágrafo único. Aplicam-se a esta norma as regras da Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1.995.

Art. 6º Será instalada Comissão Paritária no prazo máximo de trinta dias da promulgação da Lei Orgânica, composta por representantes do Poder Executivo, Poder Legislativo e de entidades representativas dos profissionais de educação, que elaborará ante projetos de Leis referentes ao estatuto do magistério e ao quadro de pessoal das escolas municipais, aos quais serão enviados ao Prefeito, no prazo máximo de 20 dias cotados da instalação.

Parágrafo único. O Poder Executivo enviará os projetos de Leis, elaborados com base nos ate projetos mencionados, à apreciação da Câmara no prazo máximo de 30 dias contados do recebimento das propostas.

Art. 8º Em cento e oitenta dias da promulgação desta Lei Orgânica o Prefeito Municipal encaminhará, a Câmara, projeto de Lei regulamentando os assuntos relativos ao cemitério, a definição de quadras, localização, registros de sepultamento, entre outras questões.